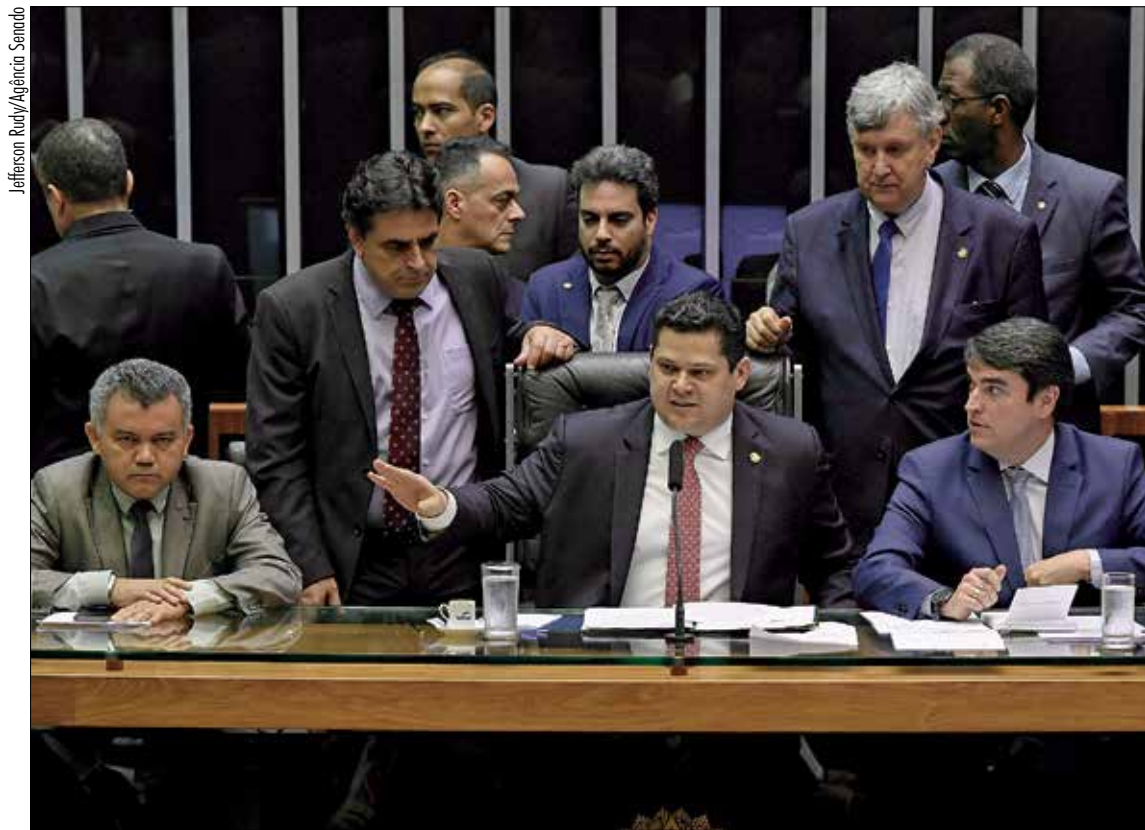




Crédito extra de R\$ 248 bi para o governo deve ser decidido hoje



Jefferson Rudy/Agência Senado

O governo precisa do aval do Congresso para a operação de crédito suplementar destinada a pagar despesas correntes

Autorização para o crédito é o sexto item da pauta do Congresso, atrás de cinco vetos presidenciais. Antes do Plenário, projeto ainda precisa ser analisado pela Comissão Mista de Orçamento

O Plenário do Congresso deve votar hoje o projeto em que o governo pede autorização para operação de crédito suplementar destinada a pagar despesas correntes no valor de R\$ 248,9 bilhões.

O projeto ainda precisa ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, que tem reunião marcada para as 11h.

No Plenário, o texto é o sexto da pauta. Antes de votar o crédito, senadores e deputados têm que analisar cinco vetos presidenciais que foram destacados

na sessão de quarta-feira.

Prevista na Constituição, a regra de ouro do Orçamento proíbe a realização de operações de crédito para pagamento de despesas correntes, como salários e benefícios sociais. Ela só pode ser contornada por meio de créditos com finalidade específica aprovados pelo Congresso. Sem essa autorização, o presidente da República pode cometer crime de responsabilidade.

O governo sustenta que, sem a aprovação do projeto, faltarão recursos para despesas obrigatórias. **3**

Senadores querem sustar venda de estatal sem aval do Congresso

Seis senadores apresentaram na semana passada projeto sustando os efeitos do decreto governamental que dispensou a Petrobras,

subsidiárias e controladas, de autorização legislativa para a venda de empresas e ações que impliquem perda de controle acionário. **3**



Agência Petrobras/Divulgação

Subsidiárias da Petrobras podem ser vendidas sem permissão do Parlamento

Moro e Dallagnol poderão ser ouvidos no Senado

Mensagens trocadas pelo então juiz e o procurador repercutiram no Senado. Angelo Coronel quer ouvir os dois e disse que vai colher assinaturas para CPI. **4**

Audidores-fiscais propõem reforma tributária solidária

Na opinião dos debatedores ouvidos ontem na Comissão de Direitos Humanos, os mais pobres pagam impostos proporcionalmente mais altos. **7**

especial cidadania



Divulgação/CEPANG - Dr. César Toledo

Escola pública militarizada incentiva disciplina: modelo divide opiniões

Incentivo à militarização de escola pública é controverso

O governo criou no Ministério da Educação uma subsecretaria encarregada de incentivar estados e municípios a passar o comando de escolas à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

O prédio, os professores e o currículo continuam sendo do governo estadual ou da prefeitura, mas a direção, a segurança e as regras de disciplina ficam com a corporação militar. **8**

Texto estabelece novas regras para desporto escolar **6**

Segurança de patinete preocupa debatedores **2**

Projeto reduz dano ambiental de casas populares **7**

VOCÊ JÁ PASSOU UMA NOTÍCIA ADIANTE SEM CHECAR SE ERA VERDADE?

Segurança é destaque em audiência sobre patinetes

Em debate sobre o anteprojeto de regulamentação para o uso em deslocamento urbano, especialistas disseram que também devem ser levados em conta aspectos de integração com o transporte público

A REGULAMENTAÇÃO DE patinetes e bicicletas elétricas deve levar em conta aspectos de integração com transporte público, segurança dos usuários e redução nas lacunas da legislação sobre determinados veículos. É o que entendem os especialistas em mobilidade urbana ouvidos ontem em audiência na Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O debate analisou o anteprojeto apresentado pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que tem como objetivo regulamentar o uso de patinetes para o deslocamento urbano e integrar à legislação os serviços de compartilhamento de bicicletas e bicicletas elétricas. Entre outras propostas, o anteprojeto restringe o tráfego de patinetes às ciclovias e ciclofaixas com velocidade não superior a 20 quilômetros por hora e torna obrigatório o uso de capacete para os condutores de patinetes e bicicletas elétricas.

O coordenador-geral de Apoio Técnico e Fiscalização do Denatran, Arnaldo Luis Teodósio Pazetti, citou a decisão judicial que suspendeu os efeitos da obrigatoriedade do capacete para condutores de patinetes no município de São Paulo. Ele sugere a possibilidade de reduzir a velocidade dos patinetes, conforme avaliação técnica, para que os capacetes



José Luiz Nakama, Acir Gurgacz e Arnaldo Luis Pazetti na audiência

não sejam necessários.

Assessor da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte do município de São Paulo, José Luiz Nakama sugeriu velocidades mais elevadas, conforme a via, de modo a facilitar a integração com outros veículos:

— É ideal que a velocidade seja de 40 quilômetros por hora. A de 30 quilômetros por hora é só para vias locais, mas sem acesso a vias de transporte coletivo. O ideal é que seja integrado — explicou.

Diretor de Educação de Trânsito do Detran do DF, Marcelo Granja destacou que a popularização dos patinetes traz uma mudança significativa na percepção do compartilhamento do espaço público com os pedestres.

— Talvez a grande saída seja a definição da limitação dos espaços para circulação de patinetes e em quais locais seriam úteis como complemento de mobilidade — afirmou.

O representante da organização Bike Anjo, Yuriê Baptista César, criticou a “segregação” dos veículos alternativos em ciclovias e ciclofaixas, sugerindo que, em vez disso, a velocidade máxima das vias regulares é que deveria ser reduzida. Ele explicou que sua entidade é contra a obrigatoriedade geral do capacete por entender que o item de segurança não previne acidentes de forma significativa:

— Os países que tornaram obrigatório o capacete verificaram redução no uso de bicicletas — afirmou.

Já o coordenador de Planejamento da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro, Eloir Oliveira Faria, considera necessário o uso do capacete por condutores de patinetes, apesar dos “pouquíssimos dados” disponíveis a esse respeito no Brasil. Segundo ele, poucas pessoas dominam o uso do veículo.

IFI: Gastos obrigatórios comprometem Orçamento

A Instituição Fiscal Independente (IFI) defende a necessidade de uma reforma sobre a estrutura de despesas obrigatórias do Estado brasileiro. Na edição de junho do *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, publicada ontem, a IFI aponta que a pressão exercida por essas despesas dentro do Orçamento comprometem os investimentos públicos.

“A manutenção da capacidade do Estado de conduzir políticas públicas nas áreas de saúde, educação e segurança pública passa por adequar os gastos obrigatórios. É importante repetir exaustivamente que a consolidação fiscal no país passa pela discussão do peso dos gastos obrigatórios no orçamento público”, diz o relatório.

Devido à crise econômica prolongada, a taxa de investimento do país recuou para abaixo da sua média histórica no primeiro trimestre de 2019.

Segundo a IFI, o setor público não compensa a retração do setor privado porque promove sucessivos apertos sobre as verbas discricionárias, a fim de cumprir regras fiscais.

Esgotamento

No entanto, alerta a instituição, essa política, que se prolonga desde 2014, já dá sinais de esgotamento: “A estratégia do Poder Executivo de promover o ajuste sobre os gastos discricionários está próxima do limite, em razão da impossibilidade de corte dessas despesas aquém de um montante mínimo correspondente ao funcionamento da máquina pública. Para 2019, a margem calculada é de R\$ 110 bilhões, enquanto o nível mínimo para o funcionamento da máquina seria de R\$ 75 bilhões.”

O estudo da IFI afirma que, sem uma agenda de reformas que modifique a dinâmica dos gastos obrigatórios, a trajetória

de “compressão” dos investimentos públicos continuará. Despesas como a Previdência e a folha salarial do funcionalismo representarão fatias cada vez maiores do Orçamento.

No primeiro trimestre de 2019, a taxa de investimento do país caiu de 15,8% para 15,5% do PIB. A média registrada entre 1997 e 2013 foi de 18,6%. Essa taxa deveria ser de cerca de 21% para sustentar uma expansão econômica de 3% do PIB ao ano. Sem esse indicativo, as estimativas do mercado para o crescimento neste ano, compiladas pelo Banco Central, seguem em queda desde fevereiro.

Além dos contingenciamentos no setor público, a retração dos investimentos tem a ver com a ociosidade da indústria — devido à reduzida capacidade de consumo da população — e da incerteza sobre o andamento das reformas que recomporiam o quadro fiscal.

Comissão debate índice de correção de débitos trabalhistas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 15h, debate sobre o projeto de lei que muda o índice de correção monetária de débitos trabalhistas.

Além do autor do projeto, senador Lasier Martins (Pode-RS), foram convidados a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, da Central Única dos Trabalha-

dores e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, entre outros.

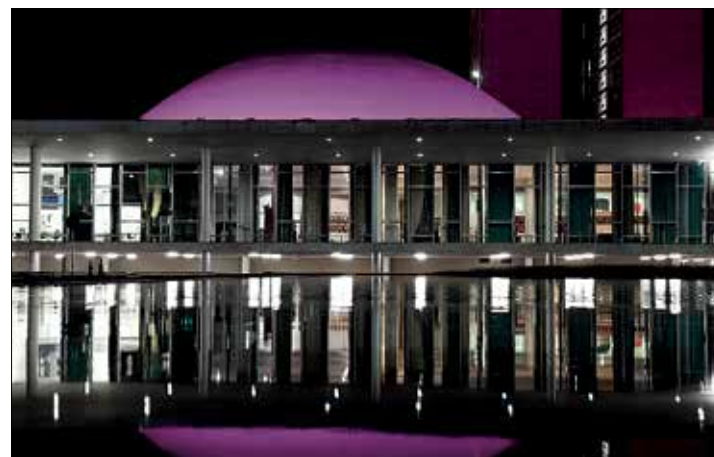
O PLS 396/2018 está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sob relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que é presidente da CDH. O texto determina que os débitos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Atualmente essas dívidas são atualizadas pela Taxa Referencial (TR).

O projeto altera a Lei 8.177, de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Cúpula do Senado ficará rosa para lembrar doença de pulmão

A cúpula do Senado será iluminada com a cor rosa de 8 a 15 de junho para lembrar o Mês Mundial de Conscientização da Linfangioleiomiomatose. O pedido de iluminação foi feito pela associação dos

portadores da doença (Alambra), conhecida como LAM. A doença, que ataca os pulmões, é muitas vezes confundida com enfisema, bronquite ou asma e é considerada uma neoplasia de baixo grau.



Iluminação da cúpula foi feita a pedido de associação dos portadores

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CE Dia do Espiritismo**
8h30 Audiência para debater a importância da instituição do Dia Nacional do Espiritismo. Às 11h, pauta de 13 itens.
- CDH Sistema Único de Saúde**
9h Audiência para debater falta de médicos e atual situação do SUS.
- CAE Institutos federais de tecnologia**
10h Entre 10 itens, o PL 1.273/2019, que torna institutos federais referência tecnológica para micros e pequenas empresas.
- CCJ Modernização do turismo**
10h Audiência para discutir o PL 1.829/2019, que moderniza atividade turística e transporte aéreo.
- CMA Lucros da preservação ambiental**
10h Audiência para debater lucros gerados com preservação ambiental, com representantes da Natura e da Native Açúcar Orgânico, entre outros.

- CI Energia renovável**
11h Entre 7 itens, o PLS 253/2016, que incentiva a instalação de energia elétrica renovável em prédios públicos.
- CMO Crédito suplementar**
11h Na pauta, o PLN 4/2019, que abre crédito suplementar de 248,9 bilhões para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
- CDR Naturismo**
14h Entre 3 itens, o PLC 64/2018, que dispõe sobre a prática do naturismo.
- CONGRESSO Vetos e crédito**
14h Análise de vetos e do PLN 4/2019, que abre crédito suplementar de 248,9 bi.
- CDH Débitos trabalhistas**
15h Debate sobre mudança do índice de correção de débitos trabalhistas. Entre os convidados, representante do Ministério Público do Trabalho.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso pode decidir hoje se o governo terá R\$ 248 bi

Projeto ainda precisa ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. No Plenário, autorização é o sexto item da pauta, atrás de cinco vetos que foram destacados na sessão do Congresso de quarta-feira

O GOVERNO PRECISA de mais de R\$ 200 bilhões extras este ano apenas para honrar o pagamento de benefícios previdenciários urbanos. Por isso, enviou ao Congresso projeto que pede autorização para operação de crédito suplementar destinada a pagar essa e outras despesas correntes no valor total de R\$ 248,9 bilhões. O PLN 4/2019 ainda precisa ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes da votação no Plenário.

O texto é o sexto item da pauta de hoje da sessão do Congresso. Antes de votar o crédito, senadores e deputados terão que concluir a votação de cinco vetos presidenciais.

A regra de ouro do Orçamento, prevista na Constituição, proíbe a realização de operações de crédito (emissão de títulos públicos) para pagamento de despesas correntes, como salários e benefícios sociais. Ela só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados pelo Congresso. Sem essa autorização, o presidente



Roque de Sá/Agência Senado — 5/6/2019

Antes de votar o crédito extra, o Congresso terá que analisar cinco vetos

da República pode cometer crime de responsabilidade. O objetivo do projeto é obter o aval do Congresso — sem ele, já neste mês faltará verba para despesas obrigatórias, sustenta o governo.

Vetos

Quanto aos vetos em pauta, um deles invalidou totalmente o PLS 188/2017, que não foi transformado em lei. Esse projeto isenta de reavaliação da perícia médica do INSS a pessoa com HIV aposentada por invalidez.

Outro veto, parcial, cancelou dispositivos da lei originada da

MP 843/2018, que criou o novo programa de incentivos fiscais para montadoras de veículos automotores no país, o Rota 2030 (Lei 13.755, de 2018). Dos 13 dispositivos vetados, o Congresso manteve 9 e derrubou 2 na quarta-feira, restando 2 destacados para serem votados separadamente.

Também está na pauta um veto que atingiu 12 dispositivos da MP 851/2018, transformada na Lei 13.800, que regula a criação de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações privadas a programas e projetos de interesse público. Onze itens vetados foram mantidos pelo Congresso, faltando apenas um para ser votado separadamente, o que autoriza que as fundações de apoio de universidades sejam equiparadas às organizações gestoras de fundo patrimonial.

Há ainda o veto que derrubou trecho da Lei 13.810, que regulamenta o cumprimento de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O trecho destacava que sanções relativas a terrorismo, financiamento de terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa deveriam ganhar procedimento preferencial e sigiloso para sua homologação por parte do Executivo.

Também deve ser votado o veto que cancelou na Lei 13.831 a anistia a devoluções, cobranças ou transferências ao Tesouro que tenham como causa as doações ou contribuições a partidos feitas em anos anteriores por servidores públicos.

Comissão de Orçamento analisa crédito suplementar para o Executivo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 11h, para discutir o parecer ao projeto de crédito suplementar em que o Executivo pede autorização do Congresso para quitar, por meio de operações de crédito, despesas correntes de R\$ 248,9 bilhões.

O relator do PLN 4/2019, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), recomendou a aprovação da medida como apresentada pelo Executivo, apesar de anteriormente ter questionado o montante pedido. Em resposta a requerimento do relator, técnicos da equipe econômica informaram que seriam necessários no mínimo R\$ 146,7 bilhões. Mas, nesse caso, as

leis orçamentárias teriam de ser alteradas, colocando em risco os pagamentos.

Deputados do PT, do PCdoB e do PL anunciaram que querem rediscutir o valor necessário, sob argumento de que áreas como educação, saúde e habitação foram objeto de contingenciamento e agora precisam de dinheiro.

A maior parte do valor previsto no projeto (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias. O texto trata ainda de Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Plano Safra, entre outros itens.

Com Agência Câmara

Texto susta permissão de venda de estatal sem aval do Congresso

Um grupo de senadores apresentou na semana passada um projeto que susta os efeitos do decreto governamental (Decreto 9.355, de 2018) que dispensa a Petrobras, bem como suas subsidiárias e controladas, de autorização legislativa para a venda de empresas e ações que impliquem perda de controle acionário. O projeto, que está aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também susta vendas sem processo licitatório. Pelo decreto do governo, os processos de privatização

não precisam mais do aval do Congresso Nacional.

A proposição (PDL 379/2019) é assinada por Rogério Carvalho (PT-SE), Eduardo Braga (MDB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Otto Alencar (PSD-BA), Kátia Abreu (PDT-TO) e Humberto Costa (PT-PE), que explica que o objetivo do projeto é que “haja respeito à Constituição no aspecto de que o patrimônio público não pode ser alienado, ser vendido ou sofrer qualquer tipo de concessão sem que haja a autorização do Congresso Nacional”.

Proposta mantém dedução no IR para empregador doméstico

A dedução de Imposto de Renda (IR) para empregadores domésticos está no seu último ano de validade. O benefício pode ser mantido até 2024, caso seja aprovado o PL 1.766/2019. Um importante passo na poderá ser dado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que vai analisar o texto de forma terminativa.

A dedução do IR relativa à contribuição paga à Previdência é aplicável desde 2011 e foi criada para incentivar a classe média a formalizar a

contratação de empregados domésticos.

O autor, Reguffe (sem partido-DF), alega que é preciso apoiar a manutenção de milhares de postos de trabalho, no momento em que o Brasil convive com mais de 13 milhões de desempregados.

A relatoria ficou a cargo de Plínio Valério (PSDB-AM), que deu voto favorável. Segundo ele, como se trata de um benefício vigente há oito anos, a sua não prorrogação equivalerá a um pesado aumento da carga tributária.

Kajuru defende Imposto de Renda mais alto para ricos

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem o aumento para 34% ou 36% da alíquota do Imposto de Renda para os mais ricos. Para o senador, se essa medida fosse aprovada, não seria necessária a reforma da Previdência.

— Se menos de 3% da população, 700 mil pessoas, pagassem o que elas podem pagar, entre 34% e 36%, chegaríamos aos dez anos com R\$ 500 bilhões a mais do que sugere e do que espera obter em arrecadação o ministro Paulo Guedes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Styvenson pede votação sobre operações de crédito

Styvenson Valentim (Poder-RN) pediu ontem celeridade à Câmara na análise do Projeto de Lei (PLS) 26/2014 — Complementar, que põe fim ao sigilo bancário de operações de instituições oficiais de crédito com países estrangeiros. O senador, que foi relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), alertou para a necessidade de criar mecanismos que ofereçam transparência na gestão dos recursos públicos.

— Estudos mostram que, quanto menos transparentes os governos, mais corruptos são, principalmente quando se trata de dinheiro que favorece condutas impróprias.

VOCÊ SABE IDENTIFICAR UMA NOTÍCIA FALSA?

Senador apresenta requerimento para ouvir Sergio Moro e Dallagnol

Angelo Coronel quer que ministro e procurador esclareçam conversas divulgadas pela imprensa que podem comprometer Lava Jato

O SENADOR ANGELO Coronel (PSD-BA) apresentou ontem dois requerimentos para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouça o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o procurador federal Deltan Dallagnol sobre a “suposta e indevida coordenação de esforços” na Operação Lava Jato. O senador informou ainda que iniciará a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI.

O pedido vem após a divulgação, no domingo, de conversas entre o então juiz Moro e o procurador Dallagnol pelo aplicativo de mensagens Telegram, em reportagem do site de notícias The Intercept. Para Coronel, os envolvidos parecem combinar entre si o andamento da Lava Jato, estratégias de abordagem de investigados e o momento para desencadear novas fases.

Segundo o senador, o teor das mensagens indica desvir-

tuamento das funções do procurador. Indicam também que Moro extrapolou e desrespeitou deveres da magistratura. Ele foi responsável por julgar réus que foram alvo da operação, como o ex-presidente Lula, que está preso.

— É preciso apurar a parcialidade, porque houve essa junção do acusador com o julgador. O juiz tem que ficar distante da acusação, tem que ficar ali naquela redoma esperando os fatos para julgar



Para Angelo Coronel, é preciso apurar se houve parcialidade do ex-juiz

dentro do espírito da lei e o que aconteceu desvirtuou esse julgamento — disse o senador, que classificou como “conspiração” o teor das conversas.

Assinaturas

Coronel informou que pretende conversar com a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), para que os requerimentos entrem na pauta da próxima reunião da comissão, marcada para amanhã. Ele disse que começaria

a coleta de assinaturas para a CPI ontem mesmo, além de enviar ofício ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam apurados os fatos.

Caso sejam comprovadas as denúncias, Moro talvez não possua condições políticas e técnicas para se manter à frente do ministério e deveria pedir o próprio afastamento, disse Coronel.

A comprovação também “coloca em dúvida toda a lisura da mais importante operação de combate a corrupção já feita neste país”, considerou.

Pelo Twitter, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) disse apoiar a análise criteriosa das informações e o convite para que os envolvidos venham ao Senado. Já o PDT anunciou que apoiará a criação de uma CPI.

Parlamentares do PT também devem se reunir para estudar as providências.

Para Alvaro, não há comprometimento da Lava Jato

O teor do diálogo entre Sergio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol não compromete qualquer prova usada para condenar envolvidos na Lava Jato, disse Alvaro Dias (Pode-PR). Para o senador, o que houve foi um “verdadeiro crime de invasão de privacidade” e os hackers devem ser responsabilizados por agirem com o objetivo de enfraquecer a Lava Jato.

— Eles não estavam investigando e julgando crimes com penas leves, comuns. Estavam investigando para julgar grandes criminosos, barões da corrupção, ladrões do país e assassinos.

Rogério: “Juiz e procurador foram peões dos EUA”

Sobre o vazamento de mensagens entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol, Rogério Carvalho (PT-SE) disse que a Justiça e o Ministério Público deveriam extirpar do seu corpo as partes que se degeneraram.

Para ele, os dois foram apenas peões de um jogo muito maior, conduzido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos:

— A Operação Lava Jato contribuiu para destruir a cadeia de petróleo e gás, ensejou a venda a preços aviltados das reservas do pré-sal, solapou a nossa competitiva construção civil pesada.

É preciso analisar diálogo, diz Marcos Rogério

Para Marcos Rogério (DEM-RO), a exploração indevida do vazamento de conversas entre Sergio Moro e Dallagnol pode prejudicar o combate à corrupção no país. O senador, no entanto, reconhece que um eventual desvio ético deve ser punido.

— Não estou aqui, levemente, ignorando a gravidade do que estamos vendo noticiado. Não podemos, nesse momento, a par de alguns recortes informativos do vazamento, de que ainda não se sabe a extensão e a profundidade, condenar toda uma operação.

Vazamento de mensagens repercute no Plenário e no Twitter

A publicação de mensagens entre o então juiz Sérgio Moro, o procurador da República Deltan Dallagnol e outros membros da força-tarefa da Operação Lava Jato foi comentada pelos senadores ontem em discursos no Plenário e nas redes sociais.

Paulo Paim (PT-RS) usou o bordão do colega Jorge Kajuru (PSB-GO) para ilustrar sua opinião sobre a reportagem do The Intercept.

— Nitroglicerina pura. Assim resumo as matérias jornalísticas sobre mensagens trocadas.

O senador afirmou ser necessária a apuração dos fatos. Ele informou que foi divulgada uma nota em que mais de 100 juristas pedem investigação completa do caso.

— O combate à corrupção deve ser para todos, corruptos e corruptores, não deve haver lado, peso ou medida. Do contrário, é luta do poder pelo poder. Trata-se de uma questão republicana. Em nome do combate à corrupção, não se pode destruir o Estado democrático de direito e suas instituições. É o que se espera, em nome dos mais altos interesses da República Federativa do Brasil — afirmou Paim.

Já o senador Marcos Rogério (DEM-RO) disse que, apesar de “eventuais violações de preceitos éticos” por parte dos envolvidos, os processos criminais oriundos da operação se mostram corretos. Para ele,

a operação deve ser defendida por ela ter desbaratado “verdadeiras quadrilhas que saqueavam os cofres da nação”. Ele avaliou que supostas violações éticas devem ser investigadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

— Ninguém está acima da lei ou é imune às investigações. O que não podemos é explorar os fatos contra o interesse do país.

Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), as mensagens vazadas mostram que Moro coordenou e definiu como o Ministério Público e a Polícia Federal deveriam agir.

— As revelações demonstram o que todos já sabiam, mas não tinham como provar: a condenação de Lula é uma gigantesca farsa jurídica! Em qualquer país minimamente civilizado, o processo contra Lula e boa parte da Lava Jato já teriam sido anulados há muito, em face dos gigantes atropelos da presunção da inocência e do devido processo legal.

Segundo ele, a Lava Jato “implantou verdadeiro vale-tudo contra o PT e Lula”.

— O que inclui conduções coercitivas ilegais, tortura psicológica de testemunhas, indução de delações direcionadas, vazamentos ilegais e escutas telefônicas ilegais, como a da presidente da República, uso equivocado de vazamentos e um oceano de convicções po-

líticas num deserto de provas que foi a condenação de Lula no processo do triplex. Até mesmo o escritório dos advogados do Lula foi grampeado pelos justiceiros convictos.

Com visão oposta, Alvaro Dias (Pode-PR) cobrou punição dos responsáveis pelo vazamento de mensagens privadas. Para o senador, mesmo se forem verdadeiras, as mensagens não depõem contra o então juiz e o procurador.

— Se verdadeiras, essas mensagens deveriam se constituir em atestado de boa conduta a Moro e Dallagnol. Não há nenhum fato escuso que os condene.

O senador avaliou que as mensagens vazadas não comprometem a Operação Lava Jato, que, em sua avaliação, reuniu “robustas provas da existência de uma organização criminosa que assaltou o Brasil nos últimos anos, com consequências irreparáveis”.

Twitter

Pelo Twitter, outros senadores também comentaram o caso. Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que as mensagens vazadas demonstram a existência de uma “conspiração de juízes e procuradores da Lava Jato em nome de projeto de poder, com danos irreversíveis a reputações, à democracia e à economia”. Ele também defendeu a investigação de Moro e dos procuradores e a

Gerardo Magalhães/Agência Senado — 6/6/2019

Jefferson Rudy/Agência Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado faz campanha contra notícias falsas

Peças publicitárias publicadas nos veículos de comunicação da Casa têm perfil de utilidade pública e ajudam o cidadão a identificar *fake news* e evitar que elas se propaguem

O SENADO LANÇOU ontem, em todos os seus veículos de comunicação, uma campanha de esclarecimento sobre as *fake news*. Com o slogan “Notícia falsa se combate com boa informação”, a iniciativa mostra como reconhecer uma informação falsa sobre o Congresso e impedir que ela se espalhe.

As peças publicitárias estão sendo publicadas no Portal Senado Notícias e no **Jornal do Senado** — produtos da Agência Senado — e veiculadas na Rádio Senado e na TV Senado. Também são divulgadas pelas redes sociais da Casa: o Twitter, o Instagram e o Facebook do Senado, além do Twitter e do Facebook da Rádio e da TV.

Para o presidente do Senado,

Davi Alcolumbre, a campanha é uma ferramenta a mais de gestão democrática.

— Na guerra contra as notícias falsas, o Senado está fazendo sua parte. Além de uma cobertura jornalística completa e imparcial, promove agora peças de utilidade pública, lembrando ao cidadão que ele conta com os veículos oficiais para acompanhar a vida política brasileira e para não se deixar enganar.

Segundo o senador Carlos Viana (PSD-MG), que é jornalista, é preciso mostrar o perigo das *fake news* para a manutenção da democracia.

— As notícias falsas atendem interesses escusos e obscuros e levam as pessoas a come-

terem erros. Vamos mostrar aos cidadãos que a política é o caminho certo para que os desafios do país sejam resolvidos. Fora da política, não há democracia, não há justiça, não há equilíbrio.

Jorge Kajuru (PSB-GO), também jornalista, elogiou a iniciativa e defendeu a necessidade de criação de uma CPI para investigar a disseminação de notícias falsas na internet.

— É uma iniciativa louvável. Notícia falsa provoca morte social. Quantas pessoas de bem que estão na vida pública já tiveram morte social por causa de notícias falsas?

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) alertou para o perigo do discurso de ódio que tem vigorado nas mídias sociais, do qual as *fake news* são instrumento, e elogiou a campanha.

— Agora chegou a hora de a gente começar a mediar o papel das redes. Que a gente possa, além do combate às *fake news*, ter grandes fóruns de debates permanentes sobre diversos temas.

Já o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) advertiu para os perigos da disseminação de notícias falsas.

— Um exemplo recente foi

Veja como reconhecer uma notícia falsa

- ✓ Verifique se os títulos **apelam para o exagero e abusam de recursos visuais**, como negrito, letra maiúscula e pontos de exclamação
- ✓ Confira se há **erros de ortografia, concordância ou lógica**
- ✓ Observe se a mensagem **estimula o compartilhamento rápido, sem pensar**
- ✓ Pesquise se a notícia foi divulgada em outro veículo de comunicação. E **veja se o texto possui uma fonte ou referência confiável**
- ✓ **Confira quem é o autor**. E certifique-se que a pessoa realmente existe
- ✓ Caso você não tenha certeza depois desses cuidados, não passe adiante

ENVIAR CANCELAR

uma campanha contra vacinas. Saíram dizendo que vacina faz mal. Está aí o resultado: a volta do sarampo, da catapora, doenças que a gente tinha erradicado.

Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão disse que o cidadão pode ser um parceiro no controle da disseminação de mentiras. Quanto mais pessoas souberem como detectar uma notícia falsa, afirmou, menos ela se espalhará.

— Vale ressaltar que a cam-

panha foi feita com os recursos da própria estrutura do Senado e, portanto, sem custos adicionais para o contribuinte.

As peças da campanha insistirão na ideia de que o mais importante é nunca compartilhar uma informação sem ter certeza de que ela é verdadeira (*veja quadro e anúncio nesta página*). E que os veículos e redes sociais do Congresso são fontes confiáveis para acompanhar notícias sobre projetos, votações, senadores e deputados.

SECOM SENADO



Veículos da Casa, como TV Senado, fazem cobertura imparcial do Congresso

NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Na guerra contra as *fake news*, queremos lembrá-lo que uma das melhores maneiras de combater as notícias falsas é buscar as fontes oficiais.

O **Jornal do Senado** se dedica à difusão gratuita de informações jornalísticas de interesse público, relacionadas às atividades do Senado e do Congresso Nacional.

Todos os dias são produzidos conteúdos relevantes, como matérias, fotos e infográficos,

que são veiculados na internet e no jornal impresso. Esses materiais são também compartilhados por inúmeros outros veículos de todo o país.

A nossa missão será sempre a de garantir cobertura jornalística apartidária, imparcial e não opinativa, ou seja, acesso à informação sobre o que acontece de verdade na Casa.

Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado, descubra o que o Jornal do Senado tem a dizer sobre o assunto.

senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

agência Senado

Projeto fixa novas diretrizes para desporto escolar do país

Substitutivo de Leila à proposta de Romário está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pode ser analisado em decisão terminativa. Texto obriga que só habilitados deem aulas de educação física

A SENADORA LEILA Barros (PSB-DF) apresentou à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) seu substitutivo ao PLS 488/2015, de Romário (Pode-RJ), estabelecendo novas diretrizes ao desporto escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB — Lei 9.394, de 1996). O texto pode ser aprovado hoje, pois é um dos 13 itens da pauta.

A senadora revela ter realizado reuniões com o Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal (Cref-DF), com professores dessa área que atuam na Universidade de Brasília (UnB) e outros profissionais autônomos. Ela defende o conceito de que a educação básica deve trabalhar “a integralidade do ser humano, o que inclui não só a dimensão cognitiva, mas também a afetiva e a psicomotora”.

Leila propõe a obrigação de que as aulas de educação física sejam dadas apenas por profissionais devidamente habilitados nessa área. Hoje a LDB flexibiliza esse critério



Escola é o berço dos atletas na maioria dos países, ressalta Leila Barros

para a educação infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. O projeto inclui na LDB que a formação do professor de educação física preveja a habilitação ao treinamento desportivo.

Alto rendimento

O texto abre às escolas a possibilidade de incluir atividades relacionadas ao esporte de alto rendimento. A senadora alega que, em quase todos os países que se destacam no esporte, a escola é o berço dos atletas.

“É o espaço em que, além

de suas funções pedagógicas e voltadas para a cidadania, o esporte pode ser introduzido como elemento de formação de alto nível. Aqueles que puderam assistir aos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), que tiveram seu auge na década de 1980, sabem como as saudáveis disputas esportivas entre escolas públicas e privadas mobilizavam o país, serviam como estímulo à descoberta dos benefícios das atividades físicas e faziam surgir grandes talentos, em muitas modalidades”, aponta a senadora.

Texto prevê dedução de despesas com vacinas no IR

Gastos com vacinas da rede particular, não cobertas pelo sistema público de saúde, poderão ser deduzidos do valor devido ao Imposto de Renda (IR). É o que estabelece o projeto que aguarda recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autor do PL 3252/2019, Lasier Martins (Pode-RS) ressalta que, embora o Programa Nacional de Imunizações (PNI) seja considerado um dos mais completos, há demora para a incorporação de certas vacinas ao calendário vacinal.

“Foi o caso da vacina contra a varicela e a da contra o pa-

viloma vírus humano (HPV), que causa câncer de colo de útero. Essas vacinas, embora já estivessem disponíveis no mercado, há relativamente pouco tempo foram incorporadas ao PNI. A vacina contra febre amarela até recentemente era restrita a algumas regiões brasileiras. A vacina contra a dengue, embora já seja comercializada na rede privada, não está disponível no SUS”, destaca Lasier.

O senador aponta o exemplo de outras vacinas que são restritas a determinados grupos populacionais, porém podem beneficiar mais pessoas. É o caso das vacinas contra o vírus da gripe e a pneumocócica, que o SUS não oferece para adultos saudáveis.



Vacina contra febre amarela só chegava a algumas regiões, lembra autor

Comissão debate hoje falta de médicos e desafios do SUS

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater hoje, às 9h, a falta de médicos e a atual situação do Sistema Único de Saúde (SUS). A audiência pública foi solicitada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o Ministério da Saúde, o SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, que atende das demandas mais simples às mais complexas. Engloba a atenção básica, de média e de alta complexidade, serviços de urgência e emergência, atenção hospitalar, ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

O SUS tem como princípios básicos a universalização, que assegura a todos o direito à saúde, independentemente de características, a equidade, cujo objetivo

é tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior, e a integralidade, que considera as pessoas como um todo e busca atender todas as suas necessidades.

Foram convidados para participar do debate o médico e conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM), Donizetti Dimer Giamberardino Filho, o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Antonio Gonçalves Filho, e o professor e pesquisador Heleno Corrêa, vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde da Universidade de Brasília (UnB). O debate deve contar também com a presença de representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Paulo Paim defende proposta que torna Fundeb permanente

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2019, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

De acordo com o senador, o Fundeb corresponde a 63% dos recursos disponíveis para o financiamento da educação básica pública. O término do prazo de vigência é dezembro de 2020.

— Para ter uma ideia da importância do Fundeb, o orçamento total para 2019 é nada menos que R\$ 156 bilhões, em torno de 2% do PIB. Essa quantia se destina a um total aproximado de 39,5 milhões de beneficiários, entre alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Elmano cobra duplicação de BRs que dão acesso a Teresina

Elmano Férrer (Pode-PI) cobrou ontem o início das obras de duplicação das rodovias federais BR-343 e BR-316, que dão acesso a Teresina.

De acordo com o senador, os recursos para a duplicação já estão previstos no Orçamento deste ano. Por isso, as obras podem ter início no próximo semestre, ressaltou. Elmano afirmou que o município é a única capital do país que ainda não tem esse tipo de acesso facilitado.

— Pessoas do interior, quer ao sul ou ao norte do estado, almejam entrar na cidade de Teresina por meio de vias duplicadas. Mais de 35 mil veículos passam nas duas rodovias — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Estado é financiado pelos pobres, dizem debatedores

Audidores apresentaram ontem na Comissão de Direitos Humanos uma proposta de reforma tributária solidária. Para eles, hoje a cobrança de impostos é proporcionalmente mais elevada sobre os mais pobres

ALTERNATIVA À REFORMA tributária em análise na Câmara dos Deputados, a proposta de reforma tributária solidária apresentada pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Anfip) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) pode ganhar a “digital” da Comissão de Direitos Humanos e do Senado (CDH). A sugestão partiu do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), durante audiência pública ontem e foi apoiada por representantes das duas entidades. O texto tributa menos o consumo e mais a renda e o patrimônio.

— Se for aprovada aqui na CDH, ela passa a ser uma proposta das entidades que a propuseram, mas com o aval da comissão — disse Paim.

Apesar de a Constituição prever um sistema progressivo de tributação, em que a capacidade contributiva de cada um deve ser considerada, a cobrança de impostos é, na prática, proporcionalmente mais elevada sobre os mais po-

bres, segundo o presidente da Fenafisco, Charles Alcantara. Isso se deve, de acordo com ele, em razão dos impostos indiretos (ou seja, sobre o consumo) que no Brasil representam mais de 51% da carga tributária bruta total.

— O Brasil é o paraíso fiscal dos ricos. Rico paga impostos muito aquém de sua capacidade contributiva. A carga tributária é muito forte no consumo. É isso que queremos corrigir — defendeu Alcântara.

Para o vice-presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Carlos Cardoso Filho, o atual modelo tributário é, na verdade, regressivo, ou seja, famílias de renda menor financiam uma maior fatia do Estado.

— O sistema tributário retira mais daquele que tem menos, ele multiplica a desigualdade do país. Embora o Brasil figure na lista das dez maiores economias, também figuramos na lista de dez nações com maior desigualdade — afirmou. Entre outros pontos, a Anfip e a

Fenafisco defendem a criação de novas alíquotas de impostos de renda para aqueles que ganham acima de 40 salários mínimos e a tributação de lucros e dividendos, que estão isentos no país desde 1995. Além do Brasil, apenas a Estônia oferece esse tipo de vantagem para os mais ricos, sustentam as entidades.

O secretário especial-adjunto da Receita Federal, Marcelo Silva, afirmou que o governo vai apresentar uma proposta de reforma tributária, mas reforçou que a prioridade é a reforma da Previdência.

— Já estamos com uma proposta bem avançada em alguns pontos. Tão logo haja um avanço da reforma, será encaminhada a proposta para enriquecer esse debate. É uma questão só de cronograma do governo em relação ao que é prioritário, para não contaminar o debate da Previdência.

Ele afirmou que a simplificação do sistema tributário e a desoneração da folha de pagamento são pontos essenciais para o governo.



Eduardo Braga apresentou substitutivo ao projeto sobre construção

Gerardo Magalhães/Agência Senado — 14/5/2019

Texto diminui dano ambiental de programa habitacional

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve analisar hoje, em caráter terminativo, projeto que busca reduzir os danos ambientais nos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida e nos imóveis usados pelo poder público. O texto a ser votado é o substitutivo apresentado por Eduardo Braga (MDB-AM) ao PLS 253/2016, que estabelece o uso de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos para redução de impactos ambientais, economia de recursos naturais e o uso racional de energia nesses imóveis. O substitutivo estabelece que a mesma diretriz deverá ser usada na construção, reforma, compra e locação de imóvel a ser usado pela administração pública direta e indireta.

O projeto, do senador Telmário Mota (Pros-RR), originalmente tornava obrigatória a instalação de equipamentos de geração de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos do governo, quando utilizarem financiamento com recursos públicos.

Se aprovado, o texto deve ir para a Câmara dos Deputados.

Outro projeto é o PL 1.303/2019, que obriga gerenciamento de risco para mineradoras. O texto altera o Código de Minas (Decreto-Lei 227, de 1967) para estabelecer que seja feito também um projeto para gerenciar eventuais desastres ambientais. Zenaide Maia (Pros-RN) é a autora da proposta, que tem como relator Elmano Férrer (Pode-PI), favorável à aprovação, com emendas. O projeto também será analisado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.

Embarcações

A CI analisa ainda o PLS 423/2014, que isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme, hélices e pás.

A proposta também isenta adubos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, que corresponde a 1,65% do custo da agricultura brasileira, de acordo com a autora, Kátia Abreu (PDT-TO). O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), é favorável à proposta, que seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão final.



Presidente da Fenafisco, o auditor-fiscal Charles Alcantara fala em debate conduzido por Paulo Paim (2º à dir.)

Audiência debate modernização do turismo e da aviação

A proposta que busca estimular e modernizar a atividade turística e o transporte aéreo será debatida em audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, às 10h. O debate foi sugerido pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O PL 1.829/2019, do ex-deputado Carlos Eduardo Cadoca, atualiza conceitos e diretrizes do turismo às recomendações da Organização

Mundial do Turismo (OMT) e de outros organismos internacionais e incorpora iniciativas e práticas já adotadas pelo Ministério do Turismo, pela Embratur e pelo *trade* turístico nacional à Lei Geral do Turismo (Lei 11.771, de 2008). Entre várias mudanças, acaba com a classificação dos hotéis por estrelas.

O texto propõe alterações como a redução de 10% para 3% do percentual de quartos

adaptados para pessoas com deficiência e determina o fim da cobrança, nos quartos, da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). O relator na CCJ, Randalfe Rodrigues (Rede-AP), já sinalizou a intenção de eliminar esses dispositivos. Na opinião do senador, a alteração diminuirá o pagamento de direitos autorais sem necessariamente baratear o custo da hospedagem.

Comissão discutirá lucros com preservação



A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove hoje audiência pública sobre o tema “Lucros verdes: como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o

meio ambiente”.

O debate abordará a realidade de empresas que têm responsabilidade ambiental, como parte de um debate entre os interessados na pauta do meio ambiente, explica o autor, Fabiano Contarato (Rede-ES). Foram convidados representantes da Natura, da

Native Açúcar Orgânico e da Fazenda Santa Brígida, entre outros.

O evento faz parte do Junho Verde — o meio ambiente une, que discute temas ambientais ao longo deste mês, que marca a passagem do Dia Internacional do Meio Ambiente, comemorado no dia 5.

Colegiado analisa hoje projeto que regulamenta o naturismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve analisar projeto que regulamenta em âmbito nacional a prática do naturismo.

De acordo com o PLC 64/2018, fica permitido o nudismo em espaços próprios para a prática, autorizados pelo poder público estadual, distrital ou municipal, por meio de lei específica.

O projeto define como espaço naturista o local devidamente sinalizado, destinado exclusivamente ao nudismo, que poderá estar situado em praia, clube naturista, imóvel rural, acampamentos ou outros meios de hospedagem. Não será permitida a presença de menores de idade em espaço naturista, exceto quando acompanhados dos pais ou responsáveis, conforme dis-

põe o Estatuto da Criança e do Adolescente

O texto determina que as autoridades poderão condicionar a licença a determinados períodos do ano. E define o naturismo como o “conjunto de práticas de vida ao ar livre em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental, por meio de integração plena com a natureza”.

A proposta também explicita que a prática em área autorizada não será considerada ilícito penal. Hoje, apesar de o Código Penal não proibir de modo claro a prática, o naturista pode ser detido por ato obsceno. Relatada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), a proposição ainda será analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Militarização de colégio público divide opiniões

Governo aponta valores éticos, cívicos e morais em escolas geridas pela PM e cria subsecretaria no MEC dedicada ao tema; especialistas apontam problemas no modelo

Ricardo Westin

O GOVERNO FEDERAL pôs a militarização de escolas públicas entre suas prioridades na educação. Uma das primeiras medidas de Jair Bolsonaro na Presidência da República foi criar no Ministério da Educação uma subsecretaria incumbida de incentivar estados e municípios a transferir a direção de suas escolas para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

Nas escolas militarizadas (ou cívico-militares), o prédio, os professores e o currículo escolar continuam sendo do governo estadual ou da prefeitura, mas o diretor, a segurança e as regras internas de disciplina passam a ser da corporação militar. A militarização ocorre principalmente em escolas do ensino médio e da etapa final no ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) localizadas em bairros violentos.

Os alunos usam boina e farda, batem continência para o comandante-diretor e os professores, participam de cerimônias diárias de hasteamento e arriamento da bandeira. As regras os proíbem de sentar-se no chão fardados, mascar chiclete, fazer demonstrações públicas de afeto (no caso de namorados), usar óculos chamativos, pintar a unha e o cabelo, chamar o professor de “você” (os regimentos militares preveem “senhor” e “senhora”).

O modelo é inspirado nas escolas militares, que pertencem às Forças Armadas, às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros, sem ligação com a rede pública de ensino, e são destinadas a filhos de oficiais.

A militarização de escolas públicas começou há cerca de uma década e se intensificou nos últimos anos. Atualmente, há 200 colégios nesse modelo em quase todos os estados. Apenas em Goiás, 60 escolas estão sob a gestão da Polícia Militar. Em Minas Gerais, 30. O Distrito Federal abriu neste ano as primeiras quatro escolas do tipo. O MEC quer que elas se

disseminem ainda mais.

O modelo, contudo, é controverso. Especialistas em educação discordam da nova política do MEC. A militarização também tem defensores e críticos no Senado.

De acordo com o Ministério da Educação, a medida traz três grandes benefícios: os alunos ficam mais disciplinados e obedientes, a violência na escola despenca e o resultado dos estudantes em provas e avaliações institucionais melhora.

Nessas escolas, os alunos precisam obedecer à risca as regras do regimento interno. Eles perdem pontos no quesito disciplina quando chegam atrasados à escola ou conversam durante a aula. A depender da pontuação descontada, podem ser reprovados ainda que tenham obtido boas notas nas provas escritas.

O professor da filosofia da educação José Sérgio Fonseca de Carvalho, da Universidade de São Paulo (USP), entende que a disciplina das corporações militares é incompatível com o ambiente escolar:

— É uma disciplina que prevê a obediência cega. Quando o comandante grita “avançar” numa guerra, os soldados têm que obedecer e jamais questionar. No meio militar, é importante que seja assim, mas não na escola. No meio intelectual, é preciso questionar o que está posto, argumentar, criticar, contrapor-se ao pensamento dominante, porque é assim que a ciência e o conhecimento evoluem. Na escola, é preciso haver disciplina para o estudo, não disciplina militar.

Libertinagem

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) discorda. Ele é policial militar e foi o responsável pela militarização de um colégio estadual localizado num bairro pobre e violento de Natal. Segundo Styvenson, a obediência é, sim, necessária na educação:

— As pessoas estão confundindo liberdade de pensamento crítico com libertinagem.



Oficial observa estudantes no Colégio Fernando Pessoa, em Valparaíso de Goiás, que é gerido pela Polícia Militar

Regras servem para manter a sociedade coesa e pacífica. Assim como o filho tem que obedecer ao pai, o aluno tem que obedecer ao professor, que é hierarquicamente superior. Não tem que questionar. A criança desobediente certamente vai se tornar um adulto desobediente. É com obediência que o cidadão se forma.

Uma das escolas militarizadas de Goiás é o Colégio Fernando Pessoa, em Valparaíso. Lá, todos os oficiais andam armados. Antes da transferência para a PM, segundo o capitão Eric Chiericato, que é o atual comandante, as paredes viviam pichadas, professores eram ameaçados pelos alunos, drogas circulavam livremente e, no caso mais extremo, um estudante foi assassinado em plena luz do dia.

— Água e óleo não se misturam — diz o comandante. — Depois que entramos aqui, os estudantes que tinham predisposição para a bandidagem foram embora. É claro que, quando veem uma escola que tem 20 policiais, eles não se sentem à vontade para continuar agindo. Esse é um dos motivos pelos quais tantos alunos querem estudar aqui. Neste ano, tivemos 1,3 mil candidatos para as 120 vagas que abrimos.

Na avaliação da professora Andrea Mara Vieira, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), a Polícia Militar entra nas escolas porque falhou na vigilância das ruas:

— A violência não nasce dentro da escola, mas fora dela, na sociedade. A escola é apenas um microcosmo da sociedade. Se o entorno fosse um lugar seguro, a escola também seria. Para a Polícia

Militar, é mais fácil cuidar da segurança dentro da escola, porque o ambiente é menor e limitado e todos os alunos são obrigados a obedecer às ordens do comandante, inclusive os professores. A PM deveria se concentrar na sua atribuição constitucional, que é fazer policiamento ostensivo e zelar pela segurança da sociedade.

Medalhas

A militarização fez o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb, que mede o aprendizado dos alunos) do Colégio Fernando Pessoa dobrar. Em 2009, antes de ir para a gestão da PM, o Ideb da escola no ensino fundamental era 2,9. Hoje está em 5,9. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, a evolução é semelhante nas outras escolas militarizadas de Goiás.

— É um modelo que comprovadamente tem resultados positivos e que é aprovado por alunos, pais, professores e comunidade — afirma o major Marcos Rabelo, da Secretaria de Educação de Goiás.

Em cerimônias que por vezes contam com a presença de prefeito e vereadores, os melhores alunos de cada sala são homenageados com medalhas, que passam a fazer parte da farda deles até o fim do ano.

Os pais normalmente pagam uma taxa mensal, que é voluntária e costuma ficar entre R\$ 50 e R\$ 100, para melhorar o espaço físico. Graças a essa taxa, o Colégio Fernando Pessoa tem ar-condicionado e projetor do tipo data show em todas as salas, biblioteca, laboratório de informática e de ciências, sala de reforço escolar, curso de música e aulas de muay thai (boxe tailandês).

A professora Miriam Fabia

Alves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), diz que o modelo militarizado cria duas castas de escolas dentro da rede pública:

— Temos poucas escolas que recebem toda a atenção e funcionam bem e muitas escolas, todo o restante, que ficam esquecidas e não funcionam. Essa solução mágica chamada militarização é excludente e não resolve os problemas da educação nacional.

De acordo com ela, a educação avançaria se o país não mudasse as políticas públicas a cada troca de governo e se dedicasse a cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) pede que o MEC priorize os institutos federais, escolas que oferecem ensino técnico de nível médio e “têm mostrado ótimo resultado”:

— Como política geral, a militarização de escolas não faz sentido. Parece mais um diversionismo do que uma solução verdadeira. Os profissionais da educação estão capacitados para dirigir as escolas e merecem o nosso respeito.

A Agência Senado pediu entrevista com algum porta-voz do MEC. A pasta respondeu com uma nota em que cita como pontos positivos a “gestão de alto nível” e os “valores cívicos, éticos e morais” das escolas militarizadas.

Saiba Mais

Regulamento disciplinar das escolas militarizadas de Goiás:
bit.ly/regulamentocpm

Entrevista na TV Senado sobre militarização de escolas:
<http://bit.ly/entrevistamilitarizacao>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania



Styvenson defende obediência; Alessandro critica militarização de escolas



Agência Senado